O TRABALHO DOCENTE NA PRÉ-ESCOLA

MICHELE DA SILVA ANDRADE SOUSA

RESUMO

Algumas instituições de educação infantil ainda demonstram dificuldades em adequar seus espaços tradicionais para transformá-lo em espaços lúdicos. Por este motivo foi pertinente desenvolver um estudo sobre espaços para as brincadeiras na educação infantil, levando em consideração os espaços fora da sala de aula. Através da revisão da literatura, foi possível discorrer acerca da trajetória dos professores da educação infantil, as mudanças na legislação, incorporando a educação infantil como a primeira etapa da educação básica; a interação entre crianças e adultos, bem como a construção de ambientes educativos, especificamente no que se refere aos espaços. Contempla-se que os espaços devem ser organizados com base na proposta pedagógica de cada instituição favorecendo a ampla circulação das crianças organizadamente. Partindo deste pressuposto, se faz necessário que as instituições de educação infantil tenham uma proposta curricular que atenda às necessidades das crianças, configurando-se como um instrumento de apoio a organização do espaço físico, a atuação dos professores, as práticas de cuidar e educar e materiais específicos.

Palavras-Chave: Educador Infantil; Lúdico; Espaço.

1. INTRODUÇÃO

Hoje a proposta curricular de algumas instituições de educação infantil é trabalhar com projetos didáticos. Os projetos didáticos são temas geradores da cultura e do cotidiano que procuram informar, advertir, criar e alertar, além de trabalhar as emoções, a linguagem o raciocínio lógico. Dentro desta proposta o professor planejará suas atividades através das brincadeiras, jogos, desenho, história, música, entre outros onde as crianças irão tecer redes de significações. Esses projetos são desenvolvidos mensalmente com a participação e avaliação das crianças.

Seria um agradável ambiente de aprendizagem para as crianças. Mas acontece que nem sempre os professores desempenham o papel de mediador do conhecimento. Isso pode acarretar em algumas armadilhas, pois o trabalho do professor vai depender de como concebe a aprendizagem e os espaços para as brincadeiras.

Percebo que o direcionamento do trabalho do educador condiz com aquilo que ele carrega como “bagagem”. Acredito que esta bagagem está relacionada com a sua trajetória de vida, ou seja, seus valores morais, ideologias, costumes, sua educação familiar, escolar, política, além das experiências de sua profissão.

Ensinar e educar são um ato que exercemos constantemente em nossas vidas. Todos sem exceção podem ensinar. A grande diferença é quando esta ação se torna uma profissão. Ser educador no contexto escolar é diferente de ser um educador por qualquer outro motivo. Não pode ser uma atividade eventual e mecânica, tem que ter intencionalidade.

A relação com a criança não pode ocorrer dentro de um disciplinamento centrado nas normas e regras dita pelo professor. A postura do professor tem que atender as mudanças pedagógicas dos referencias curriculares. Aquele olhar de desaprovação, o dedo indicador apontando para o rosto, pegar pelos ombros, mandar baixar a cabeça, o castigo, já não deve (e nunca pôde) fazer parte deste contexto educativo.

Conhecer os próprios limites, enfrentar os problemas e expô-lo aos demais colegas e a equipe pedagógica são requisitos capazes de auxiliar os professores a perceber e a ultrapassar algumas defasagens ainda existentes entre a sua prática e a proposta pedagógica que a norteia. (KRAMER, 1989, p. 86).

Para atender às diversas necessidades das crianças aos seus níveis de aprendizagem é importante atentar para o que sugere o Referencial Curricular para Educação Infantil. Cabe ressaltar que, a formação do sujeito-criança e a sua compreensão em relação às diferentes áreas do conhecimento ficará sob responsabilidade de uma proposta pedagógica que alie uma concepção de criança como sujeito de direitos, cidadã, a qual é um ser que pensa, age, reflete e está situado em uma cultura, como também sob responsabilidade do educador que fará a mediação com a criança do que se tenha planejado.

2. A FORMAÇÃO INICIAL E PERMANENTE DOS PROFESSORES

A Educação Infantil é vista por alguns educadores como uma etapa que não necessita de planejamento. Este pensamento é o reflexo da formação inicial do educador de educação infantil.

A história da formação de docentes para a Educação Infantil é bastante recente, pois não havia uma preocupação com esse

nível de ensino e, consequentemente, muito menos, com a qualificação de seus professores.

Durante muito tempo, a professora de Educação Infantil era identificada e reconhecida, principalmente, pela sua afetividade, pelo seu dom maternal. Assim, reforçava-se a concepção de educadora, "forjada" através do seu perfil enquanto mulher, com o seu "dom de educar" inato. Essa qualificação profissional era específica para contratar o adulto á cuidar das crianças e interagir com elas.

Deste profissional espera-se que tenha paciência, capacidade para expressar afeto e firmeza para conduzir as crianças. Pouco se exige de elementos mais elaborados acerca do desenvolvimento infantil. Os cargos eram subdivididos em berçarista, com conhecimentos e habilidades voltados ao desenvolvimento físico das crianças; recreacionista, especialistas em lazer para orientar a infância e professor polivalente que interajam com as crianças desde o nascimento.

Dessa forma, o modelo idealizado é traduzido em "tias" boas, pacientes, carinhosas, guiadas somente pelo coração e pela intuição.

No entanto, essa concepção, baseada na feminização do magistério que atribuía atributos de gênero, ao magistério infantil vem se modificando, sobretudo, a partir da regulamentação profissional e da inserção da Educação Infantil, como nível de ensino, na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

A LDBEN foi um marco importante para o campo educacional, na ótica de alguns teóricos, pois instaurou um conjunto de reformas que vêm sendo implantadas e mobilizando vários setores educacionais, de modo mais específico, a formação docente dos profissionais da educação básica.

Portanto, os professores que possuem a formação nesse nível estão garantidos por lei, para exercer a sua profissão, nessas etapas da educação. Na citada Constituição Federal, no título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, dentro do capítulo I se refere aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, e em seu artigo 5º afirma: "XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Por outro lado, na atualidade, há certo consenso sobre a necessidade de formação, em nível superior, para os professores da Educação Infantil, pois o conhecimento, cada vez mais se torna complexo e diverso, demandando a necessidade de professores qualificados e competentes para atuarem em todos os níveis de ensino. O que eu pude presenciar nos cursos de formação que participei (Graduação(Pedagogia/2007 e Pós-Graduação em Educação Infantil/2009) é que há uma grande preocupação em formar o educador pesquisador com posicionamento crítico. Diante de qualquer leitura e estudos voltados a diferentes abordagens possam refletir e discutir o que está sendo informado. Enfatizam também a importância do planejamento do seu trabalho, pois estabelecendo metas, estratégias não perdem o foco de seus objetivos. O planejamento aqui é entendido como instrumento orientador do trabalho docente, como norteador das intencionalidades das professoras e como possibilitador de proceder à ampliação e diversificação dos repertórios culturais das crianças

O que mais me chamou atenção, é que neste novo modelo de formação também é exigido que o educador tenha originalidade, habilidades para realizar atividades variadas, que mantenha relações cordiais, acolhedoras e estimulantes com os seus alunos.

2.1. O papel do educador na educação lúdica

Embora, este trabalho seja o ideal a ser buscado, é difícil de ser atendida em curto prazo, principalmente, no campo da Educação Infantil que integra, há pouco tempo, a educação básica, no país. Mas isso não pode ser um impedimento para que o educador não renove sua prática.

Estes dados são importantes para abordar a questão desta temática.

O educador será um grande aliado da criança quando permite que as atividades propostas á elas sejam vivenciadas em diferentes espaços da instituição.

Desde sua infância a criança é acompanhada pelo adulto e quando entra no sistema de ensino suas particularidades entram em conflito com o que é proposto por um novo adulto (até então desconhecido por ela). Novas regras, comportamentos atitudes, gestos, entre outros, serão vivenciados pelas crianças no cotidiano escolar fazendo parte de sua jornada.

O educador solicitado a cuidar ou a brincar com a criança deve ter um comportamento que condiz com a realização das brincadeiras. Ele deve estabelecer uma ordem ou regras para que não haja brigas (que é normal entre crianças). Assim, deverá interferir nas brincadeiras quando necessário, não poderá dar opiniões ou interromper as brincadeiras com gritos e gestos indevidos, nunca deverá se mostrar impaciente ou ficar em constantes silêncios. O diálogo é importante para acrescentar o vocabulário e estimular a fala das crianças. O educador deve mostrar-se atento, disposto, sensível e prestativo as solicitações das crianças, além

de criar novas brincadeiras e possibilitar a criatividade para novas invenções. As brincadeiras devem se estender para além das salas de aula, explorando os espaços externos e até mesmo para dentro da comunidade, mostrando as crianças os riscos e perigos existentes em seu bairro e qual a melhor forma de lhe dar com estes, oferecendo-lhes alternativas de melhoria ou dando espaços para que elas mesmas digam o que fazer.

Na pós-modernidade a criança deixa de ser tabula vazia, de quem espera o adulto preencher seus vazios, e passa a ser co-construtor de conhecimentos, identidades e cultura, participando das tomadas de decisões democráticas contribuindo para os recursos e para as produções sociais.

A criança não precisa da autorização do educador para se opor a algo, pois desde o início de sua vida a criança é rica e engajada com o mundo para começar a aprender.

O adulto muitas vezes solicitado a cuidar da criança cuida do seu próprio vir a ser, podendo até se sentir responsável pela vida da criança. Esta responsabilidade é transformada em cuidado preocupado de afastar tudo aquilo que atrapalha, abrindo um espaço para um caminho sem frustrações. Além de encontrar na criança suas limitações e possibilidades. A criança tem sua própria maneira de pensar, agir e vive o tempo todo exposto a riscos (que é natural do ser mortal). Assim, o educador responsável pela criança se adianta ao acontecimento, impedindo-as de correr maiores riscos, deve apenas proporcionar um olhar estimulador que acompanha a criança no seu desenvolvimento para a exploração do mundo.

Por isso, a criança pequena deve ser levada a sério. Ativa e competente, ela tem idéias e teorias que não só valem ser ouvida, como também merecem confiança e, quando for o caso questionamento e desafio.

Ela não existe apenas no lar da família, mas também nos ambientes mais amplos. Ela não é um inocente separado do mundo. Ao contrário disso, a criança pequena no mundo como ele é hoje, incorpora este mundo, é influenciado por ele, mas também o influencia e constroem significados a partir dele.

Assim, é de direito de cada criança expressar-se e de viver plenamente sua infância, considerando suas características, diversidade cultural, etnia, gênero e sexualidade.

2.2. Espaço Físico na Pré-Escola

A educação infantil é um espaço de vivência entre meninos e meninas de 0 a 6 anos. Estarão presentes neste espaço o comprometimento da instituição em garantir acesso aos diversos conhecimentos através do seu caráter educativo, que é o de compartilhar com as famílias a responsabilidade de cuidar e educar das crianças.

Para isso é importante implementar um projeto político pedagógico que garanta à criança a vivência digna de seus direitos sendo protagonizadas e consolidadas dentro dos espaços das unidades educacionais. Acreditando que as crianças são portadoras de histórias e construtoras de culturas.

Se contrapondo ao caráter assistencialista, espontaneísta e compensatório, hoje no mundo contemporâneo a educação infantil é vista como educação coletiva.

Podemos notar que nos últimos tempos a criança vem sendo notada como ser participativo pelo fato de suas especificidades serem um referencial cultural. Elas conquistam aos poucos este espaço, e a nova proposta de trabalho pedagógico em razão destas mudanças concede às crianças autoridade e respostas assegurando sua competência nas relações sociais. Nesta nova construção social o espaço deve ser de direito das crianças.

A partir do momento em que aja uma separação em reconhecer que as escolas de educação infantil não é uma preparação para a próxima etapa do ensino, as realizações arquitetônicas devem dar espaço para a construção do ambiente infantil. Isso implica em manter o foco nas relações pedagógicas educativas no cuidar e educar e no direito das crianças em se considerar como atores sociais.

As escolas de educação infantil são instituições que abrigam crianças de diversos tipos de situações financeiras e sociais, vários tipos de raça, sexo, crenças, culturas além de atender crianças portadoras de necessidades especiais. Além de serem espaços privilegiados de convivências, onde as crianças terão a oportunidade de vivenciar experiências que as fizessem se sentir por inteiro, e necessário que haja a valorização da ludicidade, do imaginário do jogo das relações interpessoais, do convívio com a natureza, da leitura de mundo e letramento.

O que queremos ostentar neste trabalho é que o espaço sendo grande ou pequeno seja transformado em ambiente que garanta a interação entre adultos e criança. Com ou sem a presença do adulto deve ser um espaço que permita que as crianças tenham criatividade, que se sejam criativas, sujeitos ativos, formuladores de hipóteses, transformadores, ou seja, que lhe deem com os seus próprios saberes.

É preciso organizar os espaços de maneira que permitam o descanso e, ao mesmo tempo, espaços que permitam uma atividade intensa e enérgica. [...].

Espaços que seja muito semelhante ao lar e com muitos elementos familiares [...]. (ZABALZA, apud FORNEIRO, 1998, p. 252).

Neste caso, estamos pensando em um espaço construído através da percepção e da participação da criança. A construção concreta do espaço dependerá do infantil, que se dará por meio da sedução ou da rejeição (sem que se tenha consciência disto).

Segundo Faria (1999, p. 40) projetar, fazer arquitetura é uma das maneiras de relacionar com o espaço, com o lugar e com o mundo.

As crianças passam a maior parte de seu tempo na instituição, a cada mudança de ambiente em decorrer das atividades se identificarão ou não com os espaços e terão sensações boas ou ruins a respeito deste. A criança sentindo-se parte da construção do espaço arquitetônico é capaz de usar sua imaginação e sua criatividade aproximando as fronteiras do possível e do impossível. Esta concepção (que é próprio da criança) só será permitida a partir de uma proposta pedagógica diferenciada.

Portanto o profissional encarregado da organização dos espaços deve ser

"Supostamente" consciente que os direitos das crianças devem ser vivenciados na Instituição; o ambiente deverá garantir que as crianças convivam com todas as diferenças (raças, etnias, gênero, religião, cultura, etc.) se opondo a desigualdade e exercitando a tolerância (e não o conformismo) a solidariedade, a compreensão e a cooperação aprendendo desta forma a arbitrariedade e provisoriedade da hierarquia social existente na sociedade atual. Contudo, a criança tem a necessidade de ser ouvida, entendida e compreendida, pois sua satisfação em ser atendida e realizada estará estampada em seus gestos sinceros.

A partir daí, é importante que este ambiente garanta o imprevisto, (e não a improvisação) o lúdico, a fantasia, a imaginação, o faz de conta, as diversas linguagens e as brincadeiras, além de conceder espaços que possam conviver com a natureza, que tenham liberdade para correr, gritar, dormir, comer, pular, desenhar, representar, interpretar nas suas diversas funções, ver vídeos, tomar banho, mexer com água, com a terra, o fogo e o ar; aventurar-se no perigo sem se machucarem.

2.3. Os educadores trabalhando para a construção dessa identidade

No trabalho pedagógico o que é proposto pelo adulto e vivido pelas crianças deve levar em consideração as manifestações das crianças, que é o seu tempo, suas necessidades e sua cultura.

As relações de afetividade vivenciadas entre as crianças; entre as crianças e os adultos e entre os adultos, também pode trazer confrontos em relação a suas convivências. O período de adaptação entre as crianças em relação a outras crianças e aos adultos será em longo prazo, pois cada um terá mais afinidade com uns do que com outros. O que não poderá acontecer é virar uma exceção porque a interação entre todos os atores da escola (desde a faxineira até a diretora) deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento com a realidade natural, social e cultural.

Os espaços físicos da instituição devem ser planejados coletivamente para que todos se assegurem do que podem ou não podem fazer e qual o papel que cada um irá exercer (de acordo com seus respectivos cargos). Até porque havendo um imprevisto, um não espere que o outro lhe diga o que fazer, tendo autonomia suficiente para decidir positivamente.

A partir daí o adulto que trabalhará diretamente ou indiretamente com a criança em seu dia-a-dia deverá ser um profissional com formação para professor de crianças pequenas e que possibilite a criança a ver dignamente seus direitos proclamados.

A decisão de se permitir envolver no mundo mágico infantil seria o primeiro passo que o professor deveria dar. Explorar o universo infantil exige do educador conhecimento teórico, prático, capacidade de observação, amor e vontade de ser parceiro da criança neste processo. Nós professores podemos através das experiências lúdicas infantis obtermos informações importantes no brincar espontâneo ou no brincar orientado.

No brincar espontâneo, as crianças brincam daquilo que lhe vêm á cabeça, e neste momento podemos observar suas ações lúdicas, já no dirigido, podemos propor desafios com propósitos específicos.

Segundo Kramer (1989), é conveniente que o educador:

Coloque-se em um ponto fixo da sala e chamar uma ou mais crianças para distribuir os materiais;

Percorra pela sala incentivando e conversando com a criança sobre o que estão fazendo;

Manifeste-se entusiasmente pela criação e manifestações das crianças.

Assim, todas as atividades desenvolvidas pelo educador devem ter objetivos claros contendo níveis diversos de dificuldades, afim de que as crianças participem e usem sua criticidade e criatividade.

2.4. Tempos de criar, brincar e recriar

As crianças gostam de brincar sozinhas, com o adulto e bem mais entre elas, por isso deve haver espaços flexíveis que correspondem com esta liberdade.

A apropriação de expressões orais ou enriquecimento da linguagem da criança resolver problemas e expressar sentimentos por meio da fala, aproximando-se cada vez mais das práticas de convivência social. Por todos estes motivos, torna-se essencial que o educador garanta um espaço em que o lúdico se manifeste.

Não basta a criança estar em um lugar organizado de modo a desafiar as suas competências: é preciso que ela interaja com este espaço para vivê-lo intencionalmente (HORN, 2004, p.15).

Seu papel, nesta situação é o de estimular a linguagem e a livre expressão das crianças, emprestando sua fala quando necessário e ajudando-as de forma clara a organizar logicamente seus pensamentos.

As brincadeiras e jogos com palavras são excelentes recursos para favorecer a comunicação oral.

As crianças costumam gostar de brincadeiras cantadas, pois essa linguagem guarda semelhança com seu modo de pensar e se expressar. Elas se envolvem e se divertem ao brincar com as rimas, sonoridade e etc., portanto é importante trazer diferentes textos para que as crianças possam memorizar balbuciar trechos, refrões e sentir-se desafiada.

O repertório de cantiga, brincadeiras cantadas, trava-línguas, parlendas, quadrinhas populares, joguetes e etc., possibilitam muitas oportunidades de brincar com as palavras. Estes textos são antigas manifestações da cultura popular, universalmente, conhecida e mantida vivas através da tradição oral.

Estes textos pertencem a uma longa tradição de uso da linguagem para cantar, recitar e brincar. A maioria deles é de domínio público, ou seja, não se sabe quem inventou: foram simplesmente passados de boca a boca, das pessoas mais velhas para as mais novas, por isso podemos dizer que as brincadeiras com palavras são experiências que contextualizam na cultura lúdica.

Nestes espaços também deverá ter lugares para atividades em grandes ou pequenos grupos com ou sem a presença do adulto. Espaços que lhe propiciem informações além das que obtém das suas famílias ou que obterão na escola.

Participar das brincadeiras e dos jogos organizados exige muito da criança. É necessário que ela saiba respeitar a si mesma e aos outros. Precisam compreender a lógica das normas e reconhecer o certo e o errado. O educador precisa ter claro que são necessárias qualidades emocionais, sociais e intelectuais para que a criança atinja esse estágio de desenvolvimento.

O aspecto social compreende o elemento mais marcante na atividade lúdica da criança, nos anos seguintes, será sem dúvida um dos componentes mais importantes do seu desenvolvimento. Deixando de lado o egocentrismo, a criança passa a usar a linguagem para coordenar atividades de grupo visando algum objetivo comum.

A criança que participa de atividades grupais manifesta-se algumas vezes através de comportamento agressivo, mas gradativamente suas investidas tornam-se mais aceitáveis. Por trás deste comportamento pode estar uma tentativa de chamar atenção, uma necessidade de conversa, demonstração de interesses, estímulo ou afeição. Seus acessos de raivas e seu "não" são essências para a formação do caráter e da autoafirmação. Aos poucos, elas utilizarão meios mais socializados de expressão.

Desta forma o professor deve possibilitar a criança vínculos para a exploração do mundo, onde tanto o adulto como as crianças encontrem oportunidade de desenvolvimento.

É imprescindível que as crianças sejam divididas em pequenos grupos facilitando a responsabilidade do professor no que diz respeito ao cuidado. As atividades propostas pelo professor devem ter como finalidade pedagógica às brincadeiras porque é através delas que despertará nas crianças a curiosidade em saber cada vez mais sobre as coisas existentes que as rodeiam. No decorrer das brincadeiras o professor deve ser flexível deixando as crianças escolherem as atividades que irão realizar. O professor será somente um gerador de possibilidades (o companheiro de jogo; de conversa; de construção; de elaboração de histórias e de significados) garantindo que todas as crianças participem das atividades mantendo o ambiente em harmonia.

Brincar é algo que deveria levar o brincante a desenvolver as suas próprias capacidades de descoberta e de imaginação. Isso não significa que as situações de brincadeiras precisem acontecer só de forma espontânea. A observação atenta dos educadores nas brincadeiras e o respaldo teórico colaboram para que suas invenções sejam apropriadas, sobretudo no eixo da comunicação oral.

A brincadeira promove o desenvolvimento oral e social das crianças e a intervenção do educador nestes momentos é um dos elementos que pode favorecer a ampliação de suas concepções comunicativas.

Através das atividades lúdicas as crianças podem se relacionar e conviver com diferentes sentimentos que fazem da sua realidade interior.

As escolas devem dispor de espaços para que os professores possam trocar experiências vivenciadas em salas de aula, fazer relatos e projetos, registrar experiências, avaliar seu próprio trabalho e do grupo. Também devem dispor de recursos para que façam cursos de aperfeiçoamento fora do seu ambiente de trabalho, incentivando-os na sua formação.

A participação dos pais e da comunidade nas tomadas de decisões é de extrema importância para que o trabalho pedagógico proposto pelos CEIs possa ser questionado constantemente. Este acompanhamento pode ser feito periodicamente para trocar experiências, realizar pesquisas, propor soluções e dar opiniões adequadas para atingir o aperfeiçoamento da educação das crianças.

Contudo, a organização do espaço deve fazer parte do currículo da escola, pois organizar o espaço é abrir novos horizontes para que as crianças possam se sentir á vontade para realizar deferentes atividades.

O espaço educativo não deve ser considerado apenas como um local de trabalho e sim, um recurso e um companheiro do professor. Neste espaço a criança deve se descentralizar da figura do adulto e procurar se autogerirem naquilo que mais os interessam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. Teoria e práticas em motricidade: jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. /Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006.

DAHLBERG, G.; MOSS, P. & PENCE, A. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FARIA, Ana Lúcia Goulart; PALHARES, Marina (orgs.). Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. São Paulo: Autores Associados. p 68-85, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FORNEIRO, Lina Iglesias. A organização dos espaços na educação infantil. In:

Zabalza, Miguel A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, cores, sons aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KAMII, Constance. A criança e o número. 32. ed. São Paulo, p 103-115, 2004.

KRAMER, Sonia. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática, 1989.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.